

EEM – Empresa de Electricidade, S.A.

Demonstrações financeiras

31 de março de 2021

Demonstrações financeiras
31 de março de 2021

1. Demonstrações financeiras

Balço Individual em 31 de março de 2021	(Euros)	
Ativo	2021	31/12/2020
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	341.859.749,51	343.863.438,39
Propriedades de investimento	1.663.700,00	1.663.700,00
Ativos intangíveis	6.648.029,63	7.092.426,93
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	62.420.150,41	62.561.969,11
Clientes	6.190.569,56	6.348.658,90
Outros investimentos financeiros	925.751,04	923.886,98
Ativos por impostos diferidos	267.410,90	319.390,39
	<u>419.975.361,05</u>	<u>422.773.470,70</u>
Ativo corrente		
Inventários	12.224.265,42	12.255.541,61
Clientes	21.475.287,75	21.448.305,34
Estado e outros entes públicos	676.380,99	733.403,20
Outros créditos a receber	93.418.295,73	96.123.412,70
Diferimentos	252.236,45	217.401,70
Caixa e depósitos bancários	18.328.328,73	12.666.193,94
	<u>146.374.795,07</u>	<u>143.444.258,49</u>
Total do Ativo	<u>566.350.156,12</u>	<u>566.217.729,19</u>
Capital próprio e passivo		
Capital próprio		
Capital subscrito	20.000.000,00	20.000.000,00
Reservas legais	4.020.148,26	4.020.148,26
Outras reservas	20.431.379,23	20.021.652,00
Resultados transitados	51.014.425,85	47.326.880,81
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	55.910.304,80	55.584.452,76
Resultado líquido do período	647.061,16	4.097.272,27
	<u>152.023.319,30</u>	<u>151.050.406,10</u>
Total do capital próprio	<u>152.023.319,30</u>	<u>151.050.406,10</u>
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	6.458.377,18	6.458.377,18
Financiamentos obtidos	254.618.266,77	254.618.266,77
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	17.098.940,47	17.381.212,45
Outras dívidas a pagar	17.713.201,89	15.760.281,05
	<u>295.888.786,31</u>	<u>294.218.137,45</u>
Passivo corrente		
Fornecedores	21.397.120,30	24.903.397,59
Estado e outros entes públicos	4.336.086,16	4.498.029,82
Financiamentos obtidos	76.041.872,73	71.307.354,91
Outras dívidas a pagar	16.662.971,32	20.240.403,32
	<u>118.438.050,51</u>	<u>120.949.185,64</u>
Total do passivo	<u>414.326.836,82</u>	<u>415.167.323,09</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>566.350.156,12</u>	<u>566.217.729,19</u>

O Contabilista Certificado

Rubina Gonçalves

O Conselho de Administração

[Assinatura]

Demonstrações financeiras
31 de março de 2021

De demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de março de 2021

(Euros)

Rendimentos e gastos	2021	2020
Vendas e serviços prestados	39.786.060,71	46.660.538,04
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(772.390,12)	(524.637,84)
Trabalhos para a própria entidade	3.261.733,71	3.011.479,82
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(18.417.458,50)	(25.172.904,86)
Fornecimentos e serviços externos	(3.127.709,45)	(3.222.476,67)
Gastos com o pessoal	(8.454.676,19)	(8.255.483,81)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(500.000,00)	(500.000,00)
Outros rendimentos	640.952,97	786.357,86
Outros gastos	(1.785.966,61)	(1.842.531,69)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	10.630.546,52	10.940.340,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(9.234.535,33)	(8.694.200,62)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.396.011,19	2.246.140,23
Juros e rendimentos similares obtidos	159.283,78	142.885,27
Juros e gastos similares suportados	(799.220,29)	(1.015.501,01)
Resultado antes de impostos	756.074,68	1.373.524,49
Imposto sobre o rendimento do período	(109.013,52)	(565.325,88)
Resultado líquido do período	647.061,16	808.198,61

O Contabilista Certificado

Rubene Gonçalves

O Conselho de Administração

[Assinatura]

Demonstrações financeiras
31 de março de 2021

Demonstração Individual de fluxos de caixa

Período findo em 31 de março de 2021

(Euros)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	53.731.179,54	57.669.391,80
Pagamentos a fornecedores	(28.210.382,95)	(37.089.403,59)
Pagamentos ao pessoal	(7.712.210,51)	(7.668.965,00)
Caixa gerada pelas operações	17.808.586,08	12.911.023,21
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(11,82)	(6.338,11)
Outros recebimentos/pagamentos	(6.254.169,66)	(5.709.252,75)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	11.554.404,60	7.195.432,35
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>		
Ativos fixos tangíveis	(5.407.095,87)	(4.790.631,38)
Ativos intangíveis	(2.214.841,34)	(1.496.652,52)
Outros Ativos	(632.584,76)	(499.653,48)
<u>Recebimentos provenientes de:</u>		
Outros Ativos	-	426.292,50
Subsídios ao investimento	994.108,14	1.696.363,29
Juros e rendimentos similares	57,23	30,06
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(7.260.356,60)	(4.664.251,53)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
<u>Recebimentos provenientes de:</u>		
Financiamentos obtidos	5.000.000,00	12.500.000,00
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>		
Financiamentos obtidos	-	(3.333.333,37)
Juros e gastos similares	(1.131.913,21)	(1.449.152,20)
Dividendos	(2.500.000,00)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	1.368.086,79	7.717.514,43
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	5.662.134,79	10.248.695,25
Caixa e seus equivalentes no início do período	12.666.193,94	6.615.673,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18.328.328,73	16.864.368,59

O Contabilista Certificado

Rubene Gonçalves

O Conselho de Administração

[Assinatura]

2. Notas às Demonstrações financeiras

2.1. Nota introdutória

Após um período de relativo e progressivo aliviar das medidas restritivas, ao longo do 2º semestre de 2020, com a consequente recuperação, embora ligeira e progressiva, da atividade económica, o final do ano e início de 2021, ficam marcados pelo novo agravamento, a nível mundial, dos efeitos da pandemia, que levaram ao retomar de medidas de confinamento fortemente constrangedoras das diversas atividades sociais e económicas. Na comparação deste trimestre com o período homólogo do ano anterior, é necessário ter em conta que o primeiro estado de emergência foi declarado a 18 de março de 2020, pelo que, o 1º trimestre do ano anterior, foi pouco afetado pelas medidas de restrição a partir de então adotadas.

Assim, em 2021, o contexto de incerteza inerente à evolução da pandemia COVID-19 continua a marcar a evolução da economia global.

Apesar deste agravamento, é expectável que, com o acelerar do processo de vacinação, que se iniciou nos últimos dias de 2020, se venha a obter a tão desejada imunidade de grupo, na generalidade dos países, durante o 2º semestre de 2021, permitindo, já no 2º trimestre, um alívio progressivo das medidas restritivas, não sendo expectável uma nova inversão nesta tendência.

Mesmo neste cenário, o BdP mantém a projeção económica do PIB português, de um crescimento de 3,9% para 2021. Esta posição foi justificada com a existência de uma maior resiliência das famílias e empresas resultante do processo de aprendizagem ocorrido ao longo do período pandémico e em virtude das expectativas de um menor impacto das medidas de confinamento do 1º trimestre. Adicionalmente, durante o mês de fevereiro foi publicada para consulta pública o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) atualizado em resultado das negociações com a Comissão Europeia.

Tendo em conta a aprendizagem obtida ao longo do ano anterior, que levou à adaptação de processos, nos agentes económicos em geral, e em particular na EEM, não se espera, à semelhança do que aconteceu em 2020, que seja colocado em causa o serviço público essencial de provimento de energia elétrica nem o compromisso da EEM para com a Região Autónoma da Madeira, no que tange à sua estratégia de desenvolvimento, que visa contribuir ativamente para a transição energética, nomeadamente, para a neutralidade carbónica.

Os importantes investimentos que têm vindo a ser realizados na área tecnológica e de sistemas de informação, permitiram o reforço das competências da EEM, que se revelaram fundamentais na capacidade de adaptação da Empresa na relação com os seus clientes, assegurando sob

qualquer circunstância o fornecimento de energia elétrica e a estabilidade do sistema elétrico na Madeira.

Não obstante os impactos negativos que com certeza esta situação voltará a ter na economia de uma forma geral, ao longo de 2021, por via da adaptação da EEM, bem como do funcionamento do mecanismo regulatório, que permite mitigar os efeitos das variações do consumo de energia nos rendimentos/proveitos da empresa, limitando-o ao diferimento temporal dos respetivos fluxos financeiros, não se perspectivam efeitos que coloquem em causa o equilíbrio económico e financeiro da empresa.

Por outro lado, as medidas de apoio à população e às atividades económicas, tomadas pelas autoridades competentes, nomeadamente Governo e Regulador, em 2020 e 2021, com impacto na EEM, têm se traduzido num diferimento no recebimento da faturação de energia durante alguns meses. Estas medidas visam evitar a interrupção de fornecimento por falta de pagamento, por parte dos clientes que comprovem estar em situação de dificuldade económica e financeira devido à quebra de rendimentos.

Neste âmbito, foram ainda adotadas outras medidas, a aplicar em 2021, das quais destacamos, a redução da taxa IVA normal para a intermédia, nos primeiros 100 KWh de consumo mensal, em contratos até 6,9 kVA, sendo majorado em 50 KWh para famílias numerosas, e a redução de tarifas de energia elétrica de Média tensão (médias e grandes empresas) em 7,4%, Baixa tensão especial (empresas de média dimensão) em 2,8% e Baixa tensão normal (pequenos negócios e domésticos) em 1,4%.

2.2. Balanço

O Balanço inclui o comparativo a 31 de dezembro do exercício anterior.

O valor total do Ativo manteve-se sensivelmente inalterado, sendo as variações mais significativas o aumento do saldo de Disponibilidades e Clientes, em 5,7 milhões de Euros, e a diminuição dos Ativos fixos tangíveis e intangíveis em 2,5 milhões de euros e de Créditos a receber, em 2,7 milhões de Euros.

O aumento do saldo de disponibilidades, teve por finalidade garantir eventuais necessidades de liquidez da empresa, face à incerteza gerada pelo agravamento dos efeitos da pandemia, que, levaram ao retomar de medidas de confinamento fortemente constrangedoras das diversas atividades sociais e económicas, no início de 2021. O reforço de disponibilidades foi efetuado através do recurso a linhas de curto prazo que a empresa tem contratadas.

A dívida de clientes manteve-se estável face ao final do ano anterior, apesar das medidas de apoio à população e à atividade económica, adotadas no âmbito do combate à pandemia decretadas pelas entidades competentes, conforme anteriormente referido. Ainda assim, face à realidade vivida no 1º trimestre deste ano, e, por uma questão de prudência, foi reforçada a imparidade em 0,5 milhões de Euros.

A ligeira diminuição dos Ativos fixos tangíveis e intangíveis deve-se ao facto de, neste período, o valor do investimento ter sido inferior ao das depreciações e amortizações registadas. Dos investimentos realizados nos primeiros meses de 2021, destacam-se os referentes à conclusão da componente de transformação em sistema reversível, do projeto de ampliação do aproveitamento hidroelétrico da Calheta.

Nos Créditos/Outros créditos a receber as variações são, essencialmente, referentes a valores a receber do Sistema Elétrico Nacional (SEN), por via do mecanismo regulatório de compensação tarifária, existindo, quando aplicável, a reclassificação dos montantes a receber entre corrente e não corrente, de acordo com os prazos de recebimento preconizados no referido mecanismo. Nesta rubrica encontram-se também registados, à presente data, 5,0 milhões de Euros referentes à isenção do pagamento atribuída aos clientes da EEM, do valor do consumo de energia entre os dias 16 e 31 de março de 2020, a ser ressarcida pelo Governo Regional. Este valor deverá ser recebido no corrente ano, após a obtenção do necessário visto do Tribunal de Contas ao protocolo assinado entre as duas entidades nesse âmbito, processo que se encontra, à data, em curso.

Nas Participações registadas pelo Método da equivalência patrimonial (MEP), a variação corresponde ao efeito líquido da incorporação dos resultados do período, distribuição de dividendos e variação de suprimentos.

O aumento dos Capitais próprios corresponde ao resultado do período e ao recebimento de subsídios ao investimento (líquidos de imposto sobre o rendimento). Até final de março foram recebidos cerca 1 milhão de Euros referentes, na sua quase totalidade, ao subsídio associado ao projeto de ampliação do aproveitamento hidroelétrico da Calheta e sua transformação em sistema reversível.

O Passivo bancário ascende a 330,3 milhões de Euros, aumentando 5,0 milhões de Euros face ao final do ano transato. Líquido de disponibilidades, ascende a 312,0 milhões de Euros, menos 0,7 milhões de Euros que no final de 2020. O aumento de liquidez, que corresponde, sensivelmente, ao aumento do passivo bancário, visa, conforme anteriormente referido, acautelar o cabal cumprimento das responsabilidades assumidas pela empresa, num cenário de incerteza na sequência do agravamento da situação pandémica.

As Responsabilidades por benefícios pós-emprego correspondem a compromissos que a EEM assumiu, sob a forma de um plano de benefícios definidos, relativos a complementos de reforma

e pré-reforma para com os trabalhadores que, à data do Acordo de Empresa, se encontravam abrangidos pela Caixa Nacional de Pensões. O valor desta rubrica tem vindo a decrescer, como consequência da diminuição da população abrangida.

O saldo de Fornecedores diminuiu 3,5 milhões de Euros, e a rubrica Outras dívidas a pagar 1,6 milhões de Euros. Esta rubrica inclui, essencialmente, Direitos de passagem, aquisições de energia e de outros bens e serviços ainda não faturados, imposto sobre o rendimento associado a subsídios ao investimento recebidos, valores a devolver ao Sistema Elétrico Nacional (SEN), por via do mecanismo regulatório de compensação tarifária, encargos com férias e subsídio de natal do período, a pagar em períodos seguintes.

As provisões, para fazer face a contingências/riscos decorrentes da atividade, considerados como prováveis, mantiveram-se inalteradas.

Os valores em dívida ao Estado, referentes a impostos e contribuições, não sofreram alterações significativas.

2.3. Demonstração de resultados

A Demonstração de resultados inclui, também, o comparativo relativo ao período homólogo do exercício anterior.

Conforme referido, na comparação deste trimestre com o período homólogo do ano anterior, é necessário ter em conta que o primeiro estado de emergência foi declarado a 18 de março de 2020, pelo que, o 1º trimestre do ano anterior, foi pouco afetado pelas medidas de restrição a partir de então adotadas.

O valor total de Vendas e serviços prestados inclui 27,9 milhões de Euros de vendas de energia elétrica e 11,8 milhões de Euros relativos a compensação tarifária. A energia emitida para a rede ascendeu a 195,7 GWh, menos 7,7% (16,3 GWh) que no período homólogo do ano anterior, tendo o preço médio do KWh vendido diminuído cerca de 2,7%, levando a uma queda do valor das vendas de energia superior a 10%. A recuperação do consumo que se vinha a verificar ao longo do 2º semestre de 2020, sofreu uma inversão no 1º trimestre de 2021, com a adoção de novas medidas de confinamento. A diminuição do preço médio deve-se, essencialmente, à revisão em baixa das tarifas.

As medidas restritivas adotadas, bem como a contração económica originada pela pandemia, trouxeram alterações à estrutura de consumo de energia a partir de abril de 2020, nomeadamente com a diminuição do peso do consumo do comércio, serviços e hotelaria, por um lado, e por outro com o aumento do peso do consumo residencial. A variação do valor médio das tarifas

depende não só da evolução dos preços de cada uma das categorias de tarifa, mas também de alterações na estrutura de consumo da base de clientes.

Nos primeiros 3 meses de 2021, as energias renováveis foram responsáveis por 43,0% da energia emitida para a rede, registando um aumento muito significativo na sua contribuição para o *mix* de produção comparativamente a igual período do ano anterior, no qual representava 25,4%, tendo a quantidade de energia destas fontes emitida para a rede atingido os 84,1 GWh, mais 30,3 GWh que no ano anterior.

O aumento mais significativo ocorreu na produção de origem hídrica (+28,7 GWh, correspondendo a um aumento de 245%), fruto da ocorrência de níveis de precipitação muito superiores aos do ano anterior.

O decréscimo do consumo e o aumento da energia de fontes renováveis, foram essencialmente acomodados pela redução da energia de origem térmica de produção própria (-36,0 GWh) e produzida por terceiros (- 10,6 GWh).

A produção total da EEM diminuiu 6,4%, tendo a energia obtida a partir de fontes renováveis aumentado 28,2 GWh e a de origem térmica diminuído 36,0 GWh.

A emissão de energia para a rede por produtores privados diminuiu 9,4% (8,4 GWh) comparativamente ao ano anterior, tendo a energia de fontes renováveis crescido 2,1 GWh e a energia térmica diminuído 10,6 GWh.

O Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, inclui 6,2 milhões de Euros de combustíveis utilizados na produção de energia e 11,2 milhões de Euros de energia adquirida a terceiros.

Para a diminuição de 46% do custo com combustíveis contribuíram, a redução das quantidades consumidas, por via da quebra da produção de energia de origem térmica, especialmente a fuelóleo, e a descida da cotação média do Brent, para o período de referência, que levou a uma redução dos preços destes produtos.

Apesar da diminuição dos preços unitários, importa referir que, o preço do fuel foi negativamente afetado, pela eliminação progressiva da isenção de ISP sobre o fuel e gasóleo utilizados na produção de eletricidade, nas Regiões Autónomas, aprovada no Orçamento do Estado para 2021. Em 2021 estes produtos passam a ser tributados a 25% da taxa de ISP.

O custo com a aquisição de energia a terceiros diminuiu 10,4%, em consequência, essencialmente, da redução da quantidade total adquirida, e, com menor impacto, da redução do custo dos combustíveis, referido no parágrafo anterior.

Os Trabalhos para a própria entidade, referem-se a investimentos realizados com recurso a meios próprios, estando a variação ligada ao volume e natureza dos investimentos realizados em cada ano, aumentando cerca de 8% face ao ano anterior.

As Depreciações/amortizações, para além das relacionadas com ativos tangíveis e intangíveis, incluem 2,1 milhões de Euros referentes às licenças de emissão de CO₂, correspondentes às emissões verificadas no período. O custo das emissões apresenta um aumento, apesar da diminuição da produção de origem térmica, uma vez que a cotação das licenças de emissão aumentou significativamente no início de 2021, comparativamente ao ano anterior.

A rubrica Fornecimentos e serviços externos (FSE) diminuiu 3% face ao período homólogo do ano anterior. Esta rubrica inclui, essencialmente, bens e serviços necessários à operação/exploração nas atividades da empresa, nomeadamente, produção, transporte, distribuição e comercialização de energia. Estão também incluídos gastos incorridos com investimentos realizados com recurso a meios próprios, que são registados por contrapartida da rubrica de Trabalhos para a própria entidade, sendo o valor total dos FSE influenciado pelo volume e natureza do investimento realizado em cada ano.

A periodicidade dos gastos com a manutenção planeada e fortuita, principalmente, dos equipamentos produtivos, leva a que os FSE apresentem variações não regulares, quer anuais, quer ao longo do próprio ano. Com efeito, as revisões dos grupos electroprodutores térmicos realizam-se em intervalos de 10.000/15.000 horas de funcionamento, de acordo com a idade, estado de conservação e regime de exploração do equipamento, levando normalmente cerca de 2 anos a atingir esse nível de produção. Para além disso, as intervenções têm de ser coordenadas de acordo com a disponibilidade de recursos renováveis (principalmente hídricos), bem como com as eventuais indisponibilidades, motivadas por intervenções nos centros produtores privados, de forma a manter adequados níveis de segurança de abastecimento.

Os Gastos com o pessoal aumentaram 2,4% face ao ano anterior, essencialmente, por força da aplicação dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho em vigor na EEM.

Foram registados 0,5 milhões de Euros de Imparidade de dívidas a receber, para fazer face às incertezas quanto ao impacto das medidas restritivas adotadas na sequência do agravamento da situação pandémica, no início do corrente ano.

A rubrica Outros rendimentos inclui, essencialmente, os montantes relativos ao reconhecimento em resultados de subsídios ao investimento, cujo montante diminui, à medida que os ativos a que dizem respeito, vão progressivamente chegando ao fim da sua vida útil, deixando assim o correspondente subsídio de ser refletido em resultados do exercício.

A rubrica Outros gastos, inclui 1,7 milhões de Euros referentes à taxa municipal de ocupação do domínio público por infraestruturas elétricas (Direitos de passagem). Os restantes valores

correspondem, essencialmente, a impostos diretos e indiretos (Imposto do selo) e gastos relativos a indemnizações pagas a clientes por danos causados por perturbações na rede.

Os Juros e gastos similares no valor de 0,8 milhões de Euros, apresentam uma redução de 21,0% em relação ao ano anterior. Esta diminuição deve-se, à melhoria das condições de financiamento, em função das negociações desenvolvidas ao longo do ano anterior, o que permitiu reduzir o custo médio de financiamento, sendo esse efeito sentido na plenitude em 2021. Por outro lado, a diminuição do valor médio das taxas de referência, teve também algum impacto nesta evolução favorável. Esta rubrica é apresentada líquida de encargos financeiros capitalizados.

O EBITDA apresenta uma redução de cerca de 3% face ao ano anterior, atingindo 10,6 milhões de Euros.

O Resultado antes de imposto diminuiu cerca de 0,6 milhões de Euros, e o Resultado líquido 0,2 milhões de Euros, atingindo 0,6 milhões de Euros.

2.4. Demonstração de fluxos de caixa

A Demonstração de fluxos de caixa inclui o comparativo relativo ao período homólogo do exercício anterior.

Em 2021, o valor das transferências relativas à compensação tarifária recebida do SEN por via do mecanismo regulatório de compensação tarifária, mantiveram-se ao nível do ano anterior, tendo os valores recebidos de clientes diminuído cerca de 2,5 milhões de Euros, essencialmente, como consequência da redução do volume de vendas de energia e das medidas de apoio à população e à atividade económica, decretadas pelas entidades competentes.

A redução dos pagamentos a fornecedores deve-se à diminuição dos custos com combustíveis e aquisição de energia.

A variação dos fluxos referente a atividades de investimento, reflete o ligeiro aumento no volume de investimento, tendo o recebimento de subsídios associados, diminuído 0,7 milhões de Euros. Aumentou também o pagamento relativo à aquisição de licenças de emissão de CO₂.

Relativamente aos fluxos das atividades de financiamento, para além do pagamento dos juros e gastos similares, a EEM recorreu a 5,0 milhões de Euros para aumento de disponibilidades, como referido anteriormente.

Demonstrações financeiras
31 de março de 2021

Apesar da difícil conjuntura dos últimos meses, o Cash-flow gerado pela empresa permitiu o integral cumprimento das responsabilidades para com os Fornecedores e Outros credores, Estado, bem como das relacionadas com o serviço de dívida.

O Contabilista Certificado

Rubine Gonçalves

O Conselho de Administração

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Mário José...', written in a cursive style.